

Recebido: 30/11/2023 | Revisado: 09/05/2024 | Aceito: 09/09/2024 | Publicado: 16/09/2024



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

DOI: 10.31416/rsdv.v12i3.823

Políticas públicas e práticas inclusivas na educação profissional e tecnológica: revisão sistemática de literatura *Public policies and inclusive practices in professional and technological education: a systematic literature review*

NASCIMENTO NETO, José Rodrigues do. Mestre em Educação Inclusiva
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - Ceará - Brasil. / E-mail: jose.rodriquesneto@upe.br

NASCIMENTO, Juliana de Brito Marques do. Mestre em Linguística
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - Ceará - Brasil. / E-mail: julianabrito.ifce@gmail.com

MONTE, Franciela Félix de Carvalho. Doutora em Psicologia Cognitiva
Universidade de Pernambuco (UPE) - Pernambuco - Brasil. / E-mail: franciela.monte@upe.br

RESUMO

Este artigo realiza uma revisão sistemática da literatura sobre políticas públicas e práticas de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O objetivo principal é examinar a produção acadêmica recente nesse campo, compreendendo a estruturação e implementação das políticas nas instituições de EPT. A metodologia empregada consiste na pesquisa e análise de estudos publicados no período de 2019 a 2023, utilizando como fontes de dados o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o indexador *Scielo*. Após análise dos textos segundo critérios de inclusão, restaram 09 artigos para descrição minuciosa, os quais foram organizados em duas categorias principais de abordagem: Políticas de Inclusão e Práticas Inclusivas. Os principais resultados destacam desafios como a falta de recursos, formação docente insuficiente e pouca participação das pessoas com deficiência na formulação das políticas. A pesquisa reforça a importância de políticas contextualizadas e práticas inclusivas para promover a acessibilidade na EPT.

Palavras-chave: Inclusão, Acessibilidade, Pessoas com Deficiência.

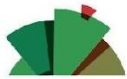
ABSTRACT

This paper conducts a systematic literature review on public policies of inclusion and accessibility for people with disabilities in Professional and Technological Education (PTE). The main objective is to examine recent academic production in this field, understanding the structuring and implementation of policies in PTE institutions. The methodology used involves researching and analyzing studies published from 2019 to 2023, using the Portal of Journals from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the *Scielo* indexer as data sources. The analysis of the 09 available results reveals that, although there are advances, attention to this theme is still limited. The study identifies two main categories of approach: Inclusion Policies and Inclusive Practices. It also highlights challenges such as the lack of resources, insufficient teacher training, and limited participation of people with disabilities in policy formulation. The research reinforces the importance of contextualized policies and inclusive practices to promote accessibility in PTE.

Keywords: Inclusion, Accessibility, People with Disabilities.

Introdução

A inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência têm sido temas cada



vez mais relevantes no contexto da educação profissional. Políticas públicas voltadas para esse público têm sido desenvolvidas com o objetivo de garantir o pleno acesso e participação desses indivíduos na sociedade, especialmente no que tange à educação e ao mercado de trabalho (Brasil, 2015). Neste sentido, esta revisão sistemática de literatura busca analisar e sintetizar os estudos acadêmicos que tratam sobre políticas públicas para pessoas com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica.

A perspectiva social dessa temática evidencia a necessidade de promover a inclusão plena de pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, incluindo a educação profissional. O panorama mundial, nacional e local aponta para avanços significativos em relação aos direitos das pessoas com deficiência, no entanto, desafios ainda persistem, especialmente no âmbito da educação profissional.

Com o intuito de realizar uma revisão sistemática de literatura acerca das pesquisas realizadas na área da educação profissional e tecnológica e como eles têm contribuído para aprimorar políticas públicas de inclusão e acessibilidade, foi conduzida uma pesquisa e análise da produção acadêmica, publicada no período de 2019 a 2023. As fontes de dados utilizadas foram o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o indexador *Scielo*.

É evidente, portanto, que muitos estudos estão empenhados em compreender a inclusão social e as necessidades específicas dos alunos com deficiência, implementando medidas de adaptação curricular e incentivando a participação ativa desses estudantes no ambiente educacional. Contudo, são poucos os que abordam diretamente as políticas públicas inclusivas destinadas às pessoas com deficiência no âmbito da educação profissional. Daí a pertinência da presente pesquisa, uma vez que visa abordar como questão central a exclusão e a desigualdade de oportunidades para pessoas com deficiência no contexto da educação profissional.

Este estudo realiza um levantamento sobre as perspectivas recentes, identificando os diversos fatores que contribuem para essa situação, desde obstáculos físicos e atitudinais até a escassez de recursos e a inadequada formação dos professores. A partir dessa problemática, o objetivo é analisar as políticas públicas e práticas inclusivas para pessoas com deficiência na educação profissional e tecnológica, buscando identificar lacunas e desafios para a promoção da inclusão e acessibilidade nessa área.

Interlocuções entre a Educação Inclusiva e a Educação Especial no campo da Educação Profissional e Tecnológica

A Educação Inclusiva e a Educação Especial, embora representem conceitos distintos, representam pilares essenciais no âmbito educacional contemporâneo, estabelecendo diretrizes cruciais para garantir a igualdade de acesso e aprendizado a todos os alunos, independentemente de suas características individuais (Kassar, 2011; Heredero, 2010; Silva, 2022).

A Educação Inclusiva, fundamentada em princípios como a Declaração de Salamanca (1994), defende um sistema educacional que acolhe a (s) diversidade (s) e busca eliminar barreiras que possam obstruir o aprendizado (Silva, 2022). Conforme destacado pela Unesco (1994), a inclusão abrange a participação de todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência, em escolas comuns, onde as adaptações necessárias são feitas para acomodar suas necessidades. Nesse contexto, é importante ressaltar que a inclusão não se limita a alunos com deficiência, mas



engloba também diferentes origens étnicas, culturais e socioeconômicas (Ainscow, 2005; Brasil, 2010; Ferreira, 2014; Piccolo; Mendes, 2022).

Já a Educação Especial, respaldada por legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis de ensino e concentra-se nas necessidades educacionais individuais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/supordotação, fornecendo suportes específicos para que possam participar plenamente do processo educativo (Brasil, 2011; Hostins, 2015). Como previsto na LDBEN (BRASIL, 1996), a Educação Especial deve garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a oferta de apoios especializados, conforme a demanda de cada aluno (Capellini; Rodrigues, 2010; Cunha, 2020)

É crucial entender que as abordagens de Educação Inclusiva e Educação Especial devem coexistir para atender às demandas heterogêneas dos alunos. A Educação Inclusiva pode ser efetivamente enriquecida com estratégias da Educação Especial, resultando em um ambiente de aprendizado mais adaptativo e atencioso. Em reciprocidade, práticas inclusivas podem ser integradas em ambientes de Educação Especial, maximizando a interação entre alunos com e sem deficiência (Zaboroski; Martins; Sorlano, 2017) e operando como ferramentas essenciais para a promoção da diversidade, respeito mútuo e equidade dentro das salas de aula e das instituições educacionais em geral, o que pode ser evidenciado, por exemplo, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

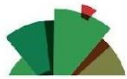
Educação inclusiva no campo do Ensino Profissional e Tecnológico

A Educação Inclusiva no Ensino Profissional e Tecnológica constitui uma evolução fundamental na perspectiva educacional contemporânea, que busca assegurar oportunidades equitativas de aprendizado e desenvolvimento para todos, independentemente de suas capacidades e características individuais. (Lima; Galasso; Thompson, 2021). No contexto específico da Educação Profissional, essa abordagem ganha contornos especialmente relevantes, considerando as demandas de preparação para o mercado de trabalho e a busca por autonomia e realização pessoal dos estudantes, conforme discutido por Santos (2017).

A Educação Profissional, compreendida como o conjunto de atividades educativas e pedagógicas voltadas para a formação técnica e profissional dos indivíduos, desempenha um papel crucial na capacitação dos alunos para ingressar e se destacar no mercado de trabalho, sendo sua historicização realizada por Oliveira (2016; 2020; Dornelles; Castaman; Vieira, 2021). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no Brasil, a educação profissional deve ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, visando ao desenvolvimento integral dos educandos (BRASIL, 1996), o que transcende a formação para além do campo técnico (Frigotto, 2010).

Essa preocupação com o campo da empregabilidade, segundo Frigotto (2018) esteve presente na Política Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência (Brasil, 1999), que assegurou o acesso à educação profissional como possibilidade de inclusão no mercado de trabalho, o que vem sendo implementado aos poucos pelas instituições de ensino no campo da educação profissional e tecnológica (Soares, 2020).

Em contrapartida, apesar das discussões sobre o currículo e práticas pedagógicas mais inclusivas (Junior; Lacerda, 2018), Cunha, Mota e Miranda (2020),



por meio de uma revisão (estado da arte) observaram a ausência de discussões sobre acessibilidade e adaptação curricular e avaliação no ensino profissional e tecnológico em teses e dissertações produzidas entre os anos de 2008 e 2018, publicadas no portal de catálogos de teses e dissertações da Capes.

A inclusão na Educação Profissional envolve, portanto, a adaptação das estratégias pedagógicas, recursos e ambientes de aprendizado para atender às necessidades diversificadas dos alunos, incluindo aqueles com deficiências ou dificuldades específicas. Em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, ratificada pelo Brasil, a inclusão na Educação Profissional não se restringe apenas ao acesso físico, mas também à disponibilização de apoios necessários para a participação plena e efetiva (ONU, 2006).

A LDBEN, em seu artigo 28 (Brasil, 1996), ressalta a necessidade de oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino, o que reforça a importância da integração dos alunos com deficiência na Educação Profissional, sempre que possível. Além disso, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) reforça o direito à educação inclusiva, assegurando adaptações razoáveis e suportes necessários para garantir a participação plena dos estudantes.

Nesse contexto, constata-se um aumento de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional e tecnológica (Galasso; Santos, 2021), mas reitera-se que Educação Inclusiva na Educação Profissional demanda estratégias diferenciadas de ensino, materiais acessíveis, formação adequada para professores e colaboradores, além da promoção de ambientes inclusivos e respeitosos. A formação técnica e profissional deve ser orientada por um princípio de equidade, considerando a singularidade de cada aluno e buscando proporcionar oportunidades igualitárias para todos, independentemente de suas características individuais.

Nessa direção, por exemplo, fatores como a implantação dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), utilização de tecnologia assistiva e outros recursos pedagógicos adaptados, bem como a formação dos professores e outros atores escolares e a eliminação de barreiras físicas e atitudinais essenciais à inclusão do estudante, podem garantir não apenas o acesso, mas a permanência e êxito no processo educacional (Fortes; Martins, 2017; Galasso; Santos, 2021).

Material e métodos

O presente estudo consiste numa revisão sistemática da literatura, que segundo o manual *Cochrane Collaboration* (Higgins *et al.*, 2005 *apud* Leite, 2018, p. 03) é “uma revisão de uma questão formulada claramente, que usa métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar criticamente pesquisas relevantes, e coletar e analisar dados dos estudos incluídos na revisão”. Corroborase, assim, com Vosgerau e Romanowski (2014) quanto ao potencial desse tipo de pesquisa para apontar tendências e lacunas em determinados campos de estudo.

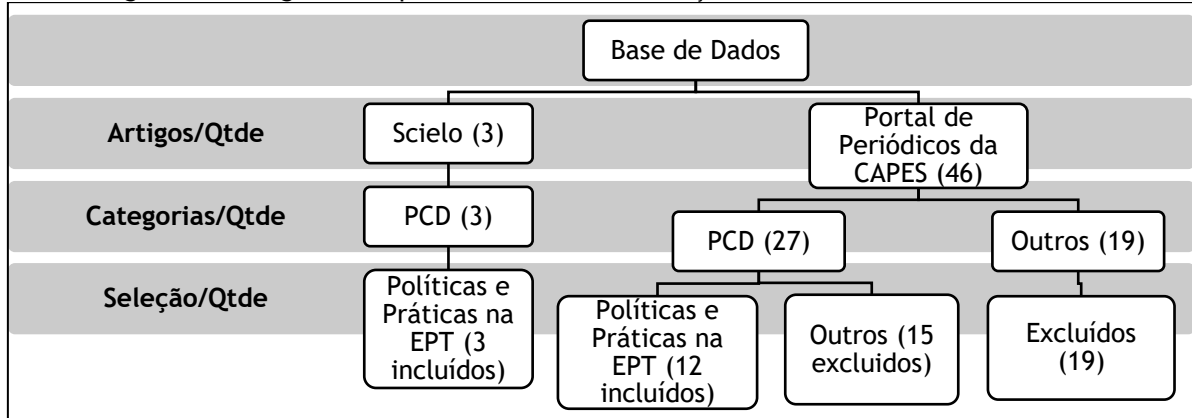
Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa de artigos científicos sobre Políticas Públicas e práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica, com o intuito de identificar que estudos já foram realizados neste campo e como eles têm contribuído para aprimorar políticas públicas de inclusão e acessibilidade.

As bases utilizadas na revisão foram o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o indexador *Scielo*,

utilizando-se como descritor de busca: “Políticas Públicas para a Educação Inclusiva na Educação Profissional”, bem como como filtros relativos ao recorte temporal dos últimos cinco anos (2019 a 2023), o gênero textual (Artigos) e o idioma (português).

Conforme pode ser visualizado na Figura 1, foram encontrados 03 artigos no *Scielo* e 46 no Portal de Periódico da Capes, dos quais, foram incluídos para análise apenas aqueles referentes à inclusão de pessoas com deficiência (PCD) e excluídos todos os outros que não tratavam desta temática.

Figura 1: Fluxograma do processo de busca e seleção dos trabalhos



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

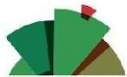
Após leitura minuciosa dos resumos, os artigos foram categorizados, incluindo-se apenas aqueles que tratavam especificamente de políticas e práticas de inclusão no Ensino Profissional e Tecnológico, eliminando-se trabalhos que não contribuem com o objeto de estudo deste trabalho (restando 15, neste momento). Além disso, eliminarem-se as duplicatas, conforme orientação de Higgins *et al.* (2019), restaram 09 artigos para análise, os quais serão apresentados na seção seguinte.

Resultados e discussão

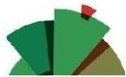
Alinhado com as orientações de Vosgerau e Romanowski (2014), os artigos foram lidos integralmente e analisados e organizados a partir de informações fundamentais como (1) Autoria; (2) Ano de Publicação; (3) Objetivos Principais; (4) Método; (5) Participantes, conforme sintetizado no Quadro 2.

Quadro 2 - Descrição de artigos selecionados

	AUTORIA/ANO DE PUBLICAÇÃO/REVISITA	OBJETIVOS PRINCIPAIS	MÉTODO	PARTICIPANTES
1	TREVISAN, S.; ZILLOTTO, D. M. Políticas de inclusão de estudantes com deficiência nos Institutos Federais do Rio Grande do Sul. Educação e Pesquisa, v. 49, n. 1, 2023.	Analisar as políticas norteadoras para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de alunos com deficiência em três institutos federais (IFs) do estado do Rio Grande do Sul, em diálogo com as diretrizes nacionais vigentes relativas à Educação Especial (EE).	- Pesquisa com abordagem qualitativa. - Tipo de estudo: Estudo de caso. - Análise hermenêutica dos elementos coletados. - Três vertentes de análise: 1) Ingresso; 2)	Três institutos federais (IFs) do estado do Rio Grande do Sul



			Aprendizagem e permanência; 3) Participação e protagonismo.	
2	CUNHA, T. A. <i>et al.</i> Educação inclusiva e educação profissional. Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC), v. 6, 2020.	Mapear, analisar e categorizar as experiências de inclusão na Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e nos Institutos Federais, com foco no público-alvo da educação especial.	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de pesquisa: Estado da Arte. - Período de investigação: Anos de 2008 a 2018. - Fonte de dados: Portal de catálogos de teses e dissertações da Capes. - Utilização de descritores relacionados à educação inclusiva, educação profissional, acessibilidade e instituto federal. 	13 Teses e 79 Dissertações
3	BUENO, M. B. <i>et al.</i> Ensino remoto para estudantes do público-alvo da educação especial nos Institutos Federais. Educ Rev, v. 38, 2022.	Analisar como ficou o ensino para os estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) durante a pandemia da Covid-19 e as medidas de distanciamento social.	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de pesquisa: Exploratória e descritiva. - Natureza: Pesquisa de levantamento. - Instrumentos: Questionário aplicado via Google Forms. - Abordagem: Abordagem quantitativa e qualitativa. 	168 docentes de diferentes campi dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).
4	DIOGO, M. A.; GELLER, M. A Educação Especial e os Cursos Técnicos: a Visão dos Docentes sobre os Processos de Adaptação Curricular. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 28, 2022	Analisar a visão dos docentes do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), divididos nas áreas técnica e propedêutica, em relação à presença dos estudantes com deficiência nos cursos técnicos, especialmente os de deficiência intelectual, e em relação às possíveis adaptações curriculares nos itinerários formativos desses estudantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos: Questionário com perguntas abertas e escala Likert, totalizando 81 respostas. - Abordagem: Análise de conteúdo utilizando a metodologia de Bardin (2010), com categorização a posteriori e critério semântico na separação das respostas. 	Docentes do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), divididos nas áreas técnica e propedêutica.
5	VILARONGA, C. A. R. <i>et al.</i> Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo. Revista Brasileira de Estudos	Mapear e analisar as ações desenvolvidas ou vivenciadas pelas equipes dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnes) de diferentes campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), com base na proposta de atuação do	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de pesquisa: Qualitativa. - Natureza: Caráter documental. - Instrumentos: Conteúdos da Revista Napne em Ação, documentos institucionais que regulam a atuação dos Napnes no IFSP. - Abordagem: Análise 	Equipes dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnes) de diferentes campi do IFSP.



	Pedagógicos, v. 102, n. 260, 2021.	núcleo da instituição.	qualitativa dos dados tabulados e organizados em eixos temáticos.	
6	MENESES, S. P. de; GALASSO, B. O desafio da implementação da educação profissional e tecnológica inclusiva para surdos: o percurso do Instituto Federal de Sergipe. Revista Educação Especial, v. 35, 2022.	Fomentar a discussão sobre a implementação da educação profissional e tecnológica inclusiva no Instituto Federal de Sergipe (IFS), considerando os desafios enfrentados pelas pessoas surdas.	- Abordagem metodológica: Utilização do diário de campo. - Procedimento: Análise de dados por meio da aplicação de questionários semiestruturados.	Total de 92 pessoas, divididas em 12 alunos surdos, 67 professores de alunos surdos de diversos cursos e 13 intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras).
7	OLIVEIRA, W. M. de; DELOU, C. M. C. A deficiência intelectual ou múltipla e o ensino inclusivo na formação profissional. Revista Ensino Interdisciplinar, v. 8, n. 25, 2022.	Refletir sobre as práticas de ensino voltadas para estudantes com deficiência intelectual (DI) ou deficiência múltipla (DM) nos Institutos Federais, a fim de compreender suas implicações para a efetivação da aprendizagem e formação profissional desses estudantes.	- Tipo de pesquisa: Ensino Interdisciplinar. - Abordagem metodológica: Abordagem qualitativa. - Natureza: Ensaio. - Instrumentos: Utilização de pesquisa bibliográfica.	Pesquisa bibliográfica
8	JESUS, D. M. de <i>et al.</i> Educação especial em Sassari (Itália) e em Vitória (ES, Brasil): uma pesquisa comparada. Educação e Pesquisa, v. 45, 2019.	Compreender as interseções entre as políticas de inclusão escolar/Educação Especial em Sassari (Itália) e Vitória (ES, Brasil), analisando como ocorrem os movimentos de constituição de escolas inclusivas nos contextos educacionais dessas duas sociedades.	- Tipo de pesquisa: Estudo comparativo em Educação. - Instrumentos: Coleta de dados por meio de grupos focais.	Profissionais atuantes com estudantes com necessidades educacionais especiais em escolas italianas e docentes brasileiros do atendimento educacional especializado.
9	PACHECO, P. <i>et al.</i> Educação inclusiva: um diálogo com a educação básica a partir do ciclo de políticas. Revista Educação Especial, v. 32, 2019, p. 1-16.	Discutir as concepções de profissionais da Educação Básica sobre a inclusão escolar, utilizando a abordagem do Ciclo de Políticas e partindo dos resultados obtidos em um encontro por meio de grupo focal.	- Instrumentos: Utilização de encontro organizado por meio de grupo focal. - Abordagem: Utilização da abordagem do Ciclo de Políticas.	Profissionais da Educação Básica.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A partir dos 09 estudos, organizaram-se as discussões articuladas em dois eixos: 1) Políticas de Inclusão e 2) Práticas inclusivas no EPT. Quanto às Políticas de inclusão, os estudos de Jesus *et al.* (2019), Pacheco *et al.* (2019), abordam a temática de uma forma mais geral abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino.

Em sua pesquisa, Jesus *et al.* (2019) apresentam o impacto de acordos



internacionais nas políticas de inclusão educacional na Itália e em Vitória, Brasil, destacando suas respectivas trajetórias. Na Itália, desde 1977, a abordagem inclusiva busca a educação para todos, rejeitando a segregação e enfatizando a escola comum como ambiente educacional. Em contraste, em Vitória, as políticas inclusivas surgiram nos anos 1990, incorporando tanto a inclusão em escolas regulares quanto instituições especializadas. A análise ressalta a temporalidade e contextos distintos, conduzindo a uma abordagem mais radical de inclusão somente no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. O estudo observa semelhanças e diferenças nas políticas, evidenciando o desejo de ambas as realidades de proporcionar o direito à educação para indivíduos com necessidades educacionais especiais. Destaca-se a intenção de não apenas comparar as realidades, mas também permitir que uma possa influenciar positivamente a outra, sem perder a diversidade intrínseca.

Pacheco *et al.* (2019) abordam as barreiras e obstáculos que dificultam a implementação da Educação Inclusiva, estabelecendo uma ligação direta com a temática das políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Os discursos dos professores destacam os desafios enfrentados pela escola, como a escassez de recursos materiais e pedagógicos, a necessidade de formação docente adequada e a ausência de políticas públicas efetivas. Essas dificuldades são apontadas como justificativas para a não realização da inclusão de forma abrangente. Os autores também enfocam a complexidade da questão, salientando a necessidade de ir além da responsabilidade individual do professor e considerar as dimensões da política educacional em níveis global e local.

Os autores ainda afirmam que a busca pela acessibilidade na Educação, respeitando as particularidades dos alunos, enfrenta desafios como a rigidez dos sistemas, a tendência à uniformização e o desejo de atingir padrões de qualidade. Por outro lado, a compreensão desses desafios envolve a construção de habilidades reflexivas e conceituais, bem como a colaboração coletiva para avaliar opções de sucesso e desenvolver estratégias para lidar com as lacunas entre as políticas estabelecidas e as práticas implementadas, especialmente no contexto da Educação Inclusiva.

A pesquisa de Trevisan e Ziliotto (2023) e de Cunha (2020) estão diretamente voltados para as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional e tecnológica. A primeira, por exemplo, aborda a análise das políticas institucionais de inclusão, acessibilidade e diversidade nos Institutos Federais (IFs) do Rio Grande do Sul, com foco na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para alunos com deficiência. A referida pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa de estudo de caso e examina as políticas de diferentes IFs, como a Política de Ações Afirmativas do IFRS, a Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul e a Política de Diversidade e Inclusão do IFFar.

O estudo avalia três dimensões: ingresso, aprendizagem e permanência, e participação e protagonismo, analisando como essas políticas abordam esses aspectos. O texto destaca como aspectos positivos a reserva de vagas para pessoas com deficiência, recursos de acessibilidade, tecnologia assistiva e papel dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes). No entanto, aponta lacunas como a falta de regulamentação e descentralização de informações em relação a algumas práticas. Também ressalta a ausência de participação de PCDs na avaliação e monitoramento das políticas, assim como a necessidade de criação de políticas nacionais de EPT inclusiva para garantir o direito à educação para pessoas com deficiência.

Cunha (2020) apresenta uma análise de dissertações e teses relacionadas à



educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos Institutos Federais (IFs) no período de 2008 a 2018. O estudo examina diferentes descritores, como acessibilidade, políticas públicas, formação de professores, experiências de inclusão e Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). O texto ressalta a importância de categorizar e analisar essas produções para entender as tendências de pesquisa e desenvolvimento nessa área. O aumento gradual de dissertações e teses ao longo do tempo é notado, destacando o ano de 2017 como um ponto significativo devido à publicação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. No entanto, é evidenciado um baixo número de trabalhos sobre formação de professores e a ausência de pesquisas sobre currículo e avaliação, temas fundamentais para a inclusão escolar. O autor conclui que a divulgação e análise dessas produções podem contribuir para a inclusão efetiva de pessoas com deficiência na rede federal de EPT, enfatizando a importância de criar espaços para a divulgação e discussão desses trabalhos.

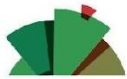
As demais pesquisas apontadas nas bases de dados, Bueno *et al* (2019), Diogo e Geller (2022), Vilaronga *et al.* (2021), Meneses e Galasso (2022), Oliveira e Delou (2022), apesar de tratarem da Educação Profissional e Tecnológica, abordam temáticas voltadas para as práticas inclusivas da pessoa com deficiência.

Bueno *et al.* (2019) abordam diversos aspectos relacionados ao contexto da pandemia de Covid-19 e suas implicações no ensino para estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Embora o texto não explore diretamente as políticas públicas, ele aborda a adaptação do ensino remoto emergencial no contexto da pandemia para estudantes com necessidades educacionais especiais nos IFs. Isso se relaciona com a temática das políticas de inclusão de pessoas com deficiência na EPT, uma vez que discute como as instituições se ajustaram para atender às demandas de ensino e aprendizagem desses estudantes em um cenário desafiador. O estudo também aponta a importância de maior apoio, formação e estratégias para garantir um ensino mais acessível e intencional, alinhando-se com as políticas de inclusão e acessibilidade.

Diogo e Geller (2022) discutem a postura dos docentes em relação às adaptações curriculares para estudantes com deficiência em cursos técnicos e propedêuticos, abordando os desafios e questionamentos enfrentados pelas instituições de ensino e pelos docentes na promoção da inclusão de estudantes com deficiência nos cursos técnicos.

Alguns pontos de conexão incluem: a importância das adaptações curriculares para garantir a aprendizagem de estudantes com deficiência, especialmente na área técnica; a supressão de conteúdos no currículo e a necessidade de adaptações para permitir a participação e o desenvolvimento dos estudantes; a preocupação da área técnica em relação ao desenvolvimento das habilidades necessárias para a conclusão do curso por parte dos estudantes com deficiência, especialmente intelectual. Além disso, discutem o dilema entre promover adaptações que garantam o acesso ao currículo e a formação técnica adequada, bem como a complexidade das adaptações necessárias para garantir a formação técnica e a certificação diferenciada. O texto ressalta que a mudança de paradigma em relação à inclusão e acessibilidade é um desafio, especialmente considerando a formação tradicional dos docentes.

O artigo de Vilaronga *et al.* (2021) explora a criação e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) no contexto do IFSP, relacionando-se com políticas públicas de inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Destaca os objetivos dos Napnes em promover a convivência



inclusiva, eliminar barreiras educacionais e atitudinais, além de abordar ações para a acessibilidade arquitetônica e educacional. O texto ressalta a importância de atender alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação e aborda, também, a integração da comunidade escolar para corresponsabilidade na inclusão, com foco em professores e alunos.

As autoras reconhecem os desafios, como a formação docente, quantidade incipiente de profissionais de educação especial e falta de acessibilidade, mas destaca avanços, especialmente em ações para alunos com deficiência. Enfatiza o papel dos Napes na promoção da inclusão escolar e a relevância dos dados para o planejamento institucional. Sugerem, por fim, a realização de futuras pesquisas para aprimorar a inclusão na instituição e em outras da Rede Profissional e Tecnológica.

Meneses e Galasso (2022) exploram a pesquisa sobre ações pedagógicas inclusivas no IFS (Instituto Federal de Sergipe) direcionadas aos alunos surdos, com o objetivo de promover a inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A pesquisa destaca desafios na comunicação entre professores e alunos surdos, enfatizando a necessidade de formação docente e políticas públicas específicas para assegurar uma inclusão eficaz. Algumas iniciativas inclusivas já foram implementadas, como a disponibilização de intérpretes, currículo expandido, oficinas de Libras, palestras de sensibilização e monitoria. Além disso, a pesquisa identifica a necessidade de criar um dicionário online Português/Libras e meios formais de comunicação em Libras, visando melhorar a compreensão e participação dos alunos surdos. O texto conclui enfatizando que estratégias e metodologias diversas estão em desenvolvimento para superar obstáculos de comunicação e pedagogia, destacando a relevância da formação contínua dos educadores para garantir uma inclusão educacional responsável.

Oliveira e Delou (2022) abordam a questão da inclusão de estudantes com Deficiência Intelectual (DI) ou Deficiência Múltipla (DM) em espaços de ensino regular, destacando a complexidade dos processos de aprendizagem desses alunos e os desafios enfrentados pelas políticas e práticas inclusivas. Revela que muitas práticas de ensino desenvolvidas em contextos de inclusão não têm sido verdadeiramente inclusivas, prejudicando o desenvolvimento de aprendizagens significativas para esses estudantes.

O texto enfatiza que essa realidade também afeta a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mencionando desafios institucionais dos Institutos Federais, como a falta de dados oficiais, ausência de uma política específica de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e carência de professores especializados na área de Educação Especial (EE). Também aborda a importância das adaptações curriculares para atender estudantes com DI ou DM, ressaltando que a legislação ampara essas práticas. Assim, o estudo busca compreender as implicações para a efetivação de práticas de ensino inclusivo nos Institutos Federais, enfatizando a necessidade de considerar as particularidades e realidades sociais para uma educação inclusiva abrangente e significativa.

A abordagem de diversas dimensões das políticas de inclusão, como ingresso, aprendizagem, permanência, participação e protagonismo, reflete uma compreensão holística da importância de assegurar que pessoas com deficiência tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais e possam desenvolver plenamente suas potencialidades. Projetos como os de Trevisan e Ziliotto (2023) e Cunha (2020) enfatizam a relevância de políticas inclusivas bem estruturadas para a Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando uma visão detalhada sobre a implementação, os desafios enfrentados e as melhorias potenciais a serem



realizadas.

Além disso, a análise de pesquisas específicas, como as de Bueno *et al.* (2019), Diogo e Geller (2022), Vilaronga *et al.* (2021), Meneses e Galasso (2022), Oliveira e Delou (2022), destaca a diversidade de abordagens e estratégias para superar as barreiras da inclusão na EPT. A adaptação às demandas da pandemia de Covid-19 e o uso de tecnologias para garantir o acesso de estudantes com deficiência, juntamente com a ênfase na formação docente e em práticas pedagógicas inclusivas, exemplificam iniciativas que merecem consideração na formulação de políticas eficazes.

O presente estudo também demonstrou a importância de examinar as experiências de outros países, como evidenciado por Jesus *et al.* (2019), para compreender diversas abordagens e contextos de implementação das políticas inclusivas.

Os textos selecionados apresentaram distintas abordagens para promover a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência na educação profissional. Enquanto alguns focaram na adaptação curricular e em tecnologias assistivas, outros enfatizam formação docente e à sensibilização da comunidade acadêmica. Ao comparar esses projetos com a proposta deste estudo, é possível identificar estratégias eficazes para o desenvolvimento de políticas públicas mais abrangentes e inclusivas.

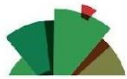
A pesquisa identificou um conjunto diversificado de estudos relacionados à inclusão na EPT, agrupando-se em duas categorias principais: Políticas de Inclusão e Práticas Inclusivas. No que diz respeito às Políticas de Inclusão, autores como Jesus *et al.* (2019), Pacheco *et al.* (2019), Guimarães *et al.* (2021), exploraram diferentes aspectos das políticas inclusivas, abrangendo contextos nacionais e internacionais, bem como desafios e mudanças institucionais. Através desses estudos, observou-se a importância de uma abordagem contextualizada, considerando temporalidades, trajetórias históricas e influências externas na formulação e implementação das políticas inclusivas na EPT.

Além disso, os estudos de Trevisan e Ziliotto (2023) e Cunha (2020) trouxeram contribuições cruciais para o entendimento das políticas de inclusão na EPT. Trevisan e Ziliotto (2023) forneceram uma análise aprofundada das políticas institucionais de inclusão e acessibilidade nos Institutos Federais do Rio Grande do Sul, ressaltando a importância de aspectos como ingresso, aprendizagem e permanência, e participação e protagonismo. Cunha (2020), por sua vez, ofereceu uma visão panorâmica das dissertações e teses relacionadas à educação inclusiva na EPT nos Institutos Federais, identificando tendências de pesquisa e abordando a necessidade de fortalecer a divulgação e discussão desses trabalhos.

A pesquisa também evidenciou que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ainda enfrenta desafios na implementação efetiva das políticas inclusivas, como a falta de conhecimento e recursos, a necessidade de formação docente adequada e a ausência de participação ativa das pessoas com deficiência na formulação e monitoramento das políticas. Essas barreiras podem ser atribuídas a influências ideológicas, como os ideários neoliberais, que podem afetar as decisões institucionais e a priorização da inclusão.

Conclusões

Diante da análise minuciosa das pesquisas abordadas, torna-se evidente a complexidade e a importância das políticas públicas de inclusão e acessibilidade para



peças com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O presente artigo teve como objetivo examinar a produção acadêmica dos últimos cinco anos relacionada a essas políticas e compreender como elas estão sendo estruturadas e implementadas nas instituições de EPT. As conclusões extraídas desta revisão sistemática de literatura são fundamentais para a obtenção de um entendimento mais aprofundado da temática e para guiar futuras ações no campo da inclusão educacional.

As análises realizadas sobre a produção acadêmica ressaltam tanto as lacunas quanto os avanços na implementação das políticas de inclusão na EPT. Ficou claro que a atenção a esse tema ainda é relativamente limitada, com uma porcentagem significativamente baixa de estudos direcionados especificamente às políticas públicas para pessoas com deficiência na Educação Profissional. No entanto, o crescente interesse evidenciado em diversas publicações e pesquisas denota um movimento em direção a uma conscientização maior sobre a necessidade de aprimorar as práticas inclusivas nesse contexto.

Em resumo, este artigo apresentou uma revisão sistemática de literatura que investigou as políticas públicas referentes à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência na área da educação profissional, com um enfoque específico nas instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A análise da produção acadêmica dos últimos cinco anos revelou um cenário complexo, no qual as políticas inclusivas e sua implementação enfrentam desafios significativos.

Diante desses achados, torna-se evidente a importância de avançar na construção e implementação de políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. Para isso, é fundamental uma abordagem holística que considere tanto os aspectos normativos quanto as práticas pedagógicas e institucionais. Além disso, ações que promovam a formação contínua dos docentes, a sensibilização da comunidade acadêmica e a participação ativa das pessoas com deficiência podem contribuir para a criação de um ambiente mais inclusivo e acessível.

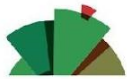
Em síntese, as pesquisas examinadas oferecem um panorama complexo e multifacetado das políticas públicas de inclusão e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica. A análise revelou tanto desafios a serem superados quanto boas práticas que podem ser adotadas para promover a inclusão plena de pessoas com deficiência nesse contexto. Essa revisão sistemática de literatura oferece uma base sólida para a continuidade dos esforços em direção a políticas públicas mais abrangentes e eficazes, que garantam o direito à educação de qualidade para todos, independentemente de suas diferenças e necessidades.

Portanto, este estudo destaca a importância de uma reflexão contínua sobre as políticas públicas de inclusão na EPT, buscando estratégias que promovam a igualdade de oportunidades e a plena participação das pessoas com deficiência em todos os níveis da educação profissional. Através do entendimento das complexidades e desafios enfrentados, podemos almejar uma EPT mais inclusiva, que valorize a diversidade e cumpra seu papel de formação integral e cidadã.

Referências

AINSCOW, M. **Desenvolvimento de escolas inclusivas: como avançar?** Porto Alegre: Artmed, 2005.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão



da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL, MEC. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Diário Oficial da União. Edição extra. BRASIL: 18 de novembro de 2011.

BRASIL, SEESP/MEC. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, janeiro de 2008.

BRASIL. MEC/SECADI. Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência intelectual. Brasília: MEC; SEESP, 2010.

BUENO, M. B. et al. Ensino remoto para estudantes do público-alvo da educação especial nos Institutos Federais. *Educ Rev*, v. 38, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-469833814>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

CAPELLINI; V.L.M.F.; RODRIGUES, O.M.P.R. Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da Educação Inclusiva. (Vol. 2) Bauru: MEC/UNESP, 2010.

CARVALHO, M. A utilização da grounded theory em estudos sobre educação inclusiva. *New Trends in Qualitative Research*, v. 7, 2021, p. 396-402. Disponível em: <[sv-lncs \(ucp.pt\)](https://sv-lncs.ucp.pt)>. Acesso em: 22 jul. 2023.

CUNHA, T. A. et al. Educação inclusiva e educação profissional. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)*, v. 6, 2020. Disponível em: <<https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1275/521>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

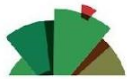
DIOGO, M. A.; GELLER, M. A Educação Especial e os Cursos Técnicos: a Visão dos Docentes sobre os Processos de Adaptação Curricular. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 28, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0122>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

FERREIRA, W. Pedagogia das Possibilidades: é possível um currículo para a diversidade nas escolas brasileiras? *Cadernos CENPEC*.2014.p.73-98

FORTES, Vanessa Gosso Gadelha de Freitas; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Formação Continuada de Professores do Ensino Médio Integrado do IFRN na Perspectiva da Inclusão de Alunos com Deficiência Visual. *Olhares: Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp*, v.5, n.2, p.31-53, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/749/262>. Acesso em: 27 maio 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline (Org.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, intenções e possibilidades.* Porto Alegre: Artmed, 2010. pp. 25-41.

GALASSO, B. J. B.; SANTOS, D. V. Trajetória da educação inclusiva no ensino médio integrado da rede federal: fatores de evasão e permanência. *Revista Pedagógica*,



v. 23, p. 1-20, 2021.

HEREDERO, E.S. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares.** *Acta Scientiarum. Education*. Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

HOSTINS, R. C. L., JORDÃO, S. G. F. **Política de inclusão escolar e práticas curriculares de elaboração conceitual de alunos público-alvo da Educação Especial.** *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 23(28), Arizona State University. 2014. Disponível em: . Acesso em 18 de out. 2017.

JESUS, D. M. de *et al.* **Educação especial em Sassari (Itália) e em Vitória (ES, Brasil): uma pesquisa comparada.** *Educação e Pesquisa*, v. 45, 2019. Disponível em: <[Vista do Educação Especial em Sassari \(Itália\) e em Vitória \(ES, Brasil\): uma pesquisa comparada \(usp.br\)](#)>. Acesso em: 22 jul. 2023.

KASSAR, M.M. C. **Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva.** *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.17, Maio-Ago., 2011. Edição Especial. p.41-58.

LEITE, B. S. **Revisão sistemática sobre as produções científicas da Revista Tecnologias na Educação.** *Revista Tecnologias na Educação*, 2018. Disponível em: <<http://www.researchgate.net/publication/326679321>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MENESES, S. P. de; GALASSO, B. **O desafio da implementação da educação profissional e tecnológica inclusiva para surdos: o percurso do Instituto Federal de Sergipe.** *Revista Educação Especial*, v. 35, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/49648>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Guia de Implementação dos NAPNEs**, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2016-pdf/49468-guia-de-implementacao-dos-nucleos-de-apoio-as-pessoas-com-necessidades-especificas/file>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Legislação e Normativas**, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/38495-normativas-napnes>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

OLIVEIRA, W. M. de; DELOU, C. M. C. **A deficiência intelectual ou múltipla e o ensino inclusivo na formação profissional.** *Revista Ensino Interdisciplinar*, v. 8, n. 25, 2022. Disponível em: <[maccole,+19.+A+DEFICIÊNCIA+INTELECTUAL+OU+MÚLTIPLA+E+O+ENSINO+INCLUSIVO+NA+\(1\).pdf](#)>. Acesso em: 24 jul. 2023.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

PACHECO, P. *et al.* **Educação inclusiva: um diálogo com a educação básica a partir do ciclo de políticas.** *Revista Educação Especial*, v. 32, 2019, p. 1-16. Disponível em:



<[Vista do Educação Inclusiva: um diálogo com a Educação Básica a partir do Ciclo de Políticas \(ufsm.br\)](#)>. Acesso em: 22 jul. 2023.

PICCOLO, G. M.; MENDES, E. G. **Maio de 68 e o modelo social da deficiência: notas sobre protagonismo e ativismo social.** *Revista Educação Especial*, [S. l.], v. 35, p. e40/1-21, 2022. DOI: 10.5902/1984686X65328. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/65328>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SILVA, J. S. S. D. **Deficiência, diversidade e diferença: Idiosincrasias e divergências conceituais.** *Educação em Revista*, v. 38, p. e36551, 2022.

SOARES, Rosângela Cancela. **Desafios e possibilidades no desenvolvimento da acessibilidade atitudinal em relação a estudantes surdos e ouvintes do IF Sudeste MG - campus Rio Pomba.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT). IF Sudeste MG. Rio Pomba, p.115, 2020.

TREVISAN, S.; ZILLOTTO, D. M. **Políticas de inclusão de estudantes com deficiência nos Institutos Federais do Rio Grande do Sul.** *Educação e Pesquisa*, v. 49, n. 1, 2023. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/211582/193824>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais,** 1994. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/unesco.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

VILARONGA, C. A. R. *et al.* **Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo.** *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 102, n. 260, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102.i260.4585>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas.** *Revista Diálogo Educacional*, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v14n41/v14n41a09.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

ZIESMANN, C. I. *et al.* **A gestão, o processo de inclusão e as políticas educacionais: possibilidades e inviabilidades no cenário brasileiro.** *Revista Pedagógica (Chapecó)*, v. 24, n. 24, p. 1-20, 2022. Disponível em: <7146.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2023.

Agradecimentos: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)